

Clube de Paris: as exigências para um novo acordo.

O Fundo Monetário Internacional deverá aprovar quarta-feira o relatório que avalia positivamente a estratégia de ajuste da economia brasileira pelo Plano Bresser, o que servirá para ratificar o acordo de reescalonamento antecipado, aprovado em janeiro, da dívida junto ao Clube de Paris, vencida até julho. Contudo, isso dificilmente terá efeito para formalizar um novo ajuste envolvendo os débitos vencidos no segundo semestre.

Para apreciar essa fase das negociações, o Clube de Paris está exigindo não só a formalização de um acordo **stand by** com o FMI, como o início das negociações com os bancos privados e a constatação de que esses entendimentos estão progredindo e não caminham para um impasse.

Técnicos da área econômica do governo envolvidos no processo de negociação lembram que, hoje, não existe a atitude cooperativa demonstrada pelos Estados Unidos quando das negociações de janeiro. Naquela ocasião, o entendimento estava envolto em um impasse, o qual foi superado pela

interferência pessoal do secretário do Tesouro, James Baker, que conseguiu convencer os credores oficiais, especialmente os ingleses e os alemães, de que deveriam concordar em fechar o acordo, mediante o compromisso de que sua ratificação somente se faria após um **sinal verde** do FMI.

Ficou estabelecido que o Fundo emitiria, até 15 de julho, um relatório sobre o programa econômico. Como ele não ficou pronto a tempo, esse prazo foi prorrogado para 15 de setembro corrente. É provável, portanto, que a ratificação, que em termos práticos nada representa para o País, seja adotada a partir do próximo dia 20, quando o Clube de Paris se reunirá para examinar os casos de vários devedores.

Quando o ministro Bresser Pereira insiste na viabilidade de um acordo com o FMI, depois de um acerto com os banqueiros, ou pelo menos de um início promissor das negociações, ele está tão-somente atendendo às condições impostas pelo Clube de Paris para renegociar os débitos vencidos no segundo semestre. Se o acordo com o

FMI não sair este ano, nem muito menos o ajuste com os bancos privados, haverá uma inevitável deterioração das relações entre o Brasil e seus credores oficiais.

Os técnicos do governo que trabalham nas negociações da dívida externa são reticentes quando se menciona a possibilidade de ser dado um encaminhamento positivo à questão do acordo com o Clube de Paris, a partir da conversa que o secretário Baker manteve terça-feira próxima com o ministro Bresser Pereira, 24 horas antes do veredito do FMI sobre o plano de ajuste da economia.

Eles dizem não saber exatamente quais os pontos específicos da agenda da conversa, cuja iniciativa coube ao secretário do Tesouro, mas admitem que o problema dos débitos junto aos governos credores será um dos itens da pauta. O que não sabem antecipar é se haverá possibilidade de uma flexibilização da atitude norte-americana, de frieza em relação aos interesses brasileiros junto ao Clube de Paris.